

Palmeira

ARQUIBANCADA DE MADEIRA
DO ESTÁDIO DO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE

Ao nível do campo de futebol estão o salão, o bar, a cozinha, banheiros, sala de troféus e diretoria, fechados na frente por alvenaria de tijolos e nas laterais e fundos por tabuado de madeira. Sobrepõe-se a esse corpo o pavilhão da arquibancada, totalmente estruturado em madeira e composto por sete fileiras de bancos protegidos por uma cobertura de quatro águas sustentada por delgados montantes. O aspecto mais notável do pavilhão de arquibancadas do Ipiranga Futebol Clube é a transposição para uma edificação de uso coletivo e de grandes dimensões de elementos ornamentais típicos da arquitetura vernacular regional. Os beirais de lambrequim, os treliçados de arremate e os guarda-corpos vazados complementam e emolduram o pavilhão conferindo-lhe, juntamente com as cores contrastantes com que são pintados - branco e vermelho - uma expressão marcada pela simplicidade. ✿

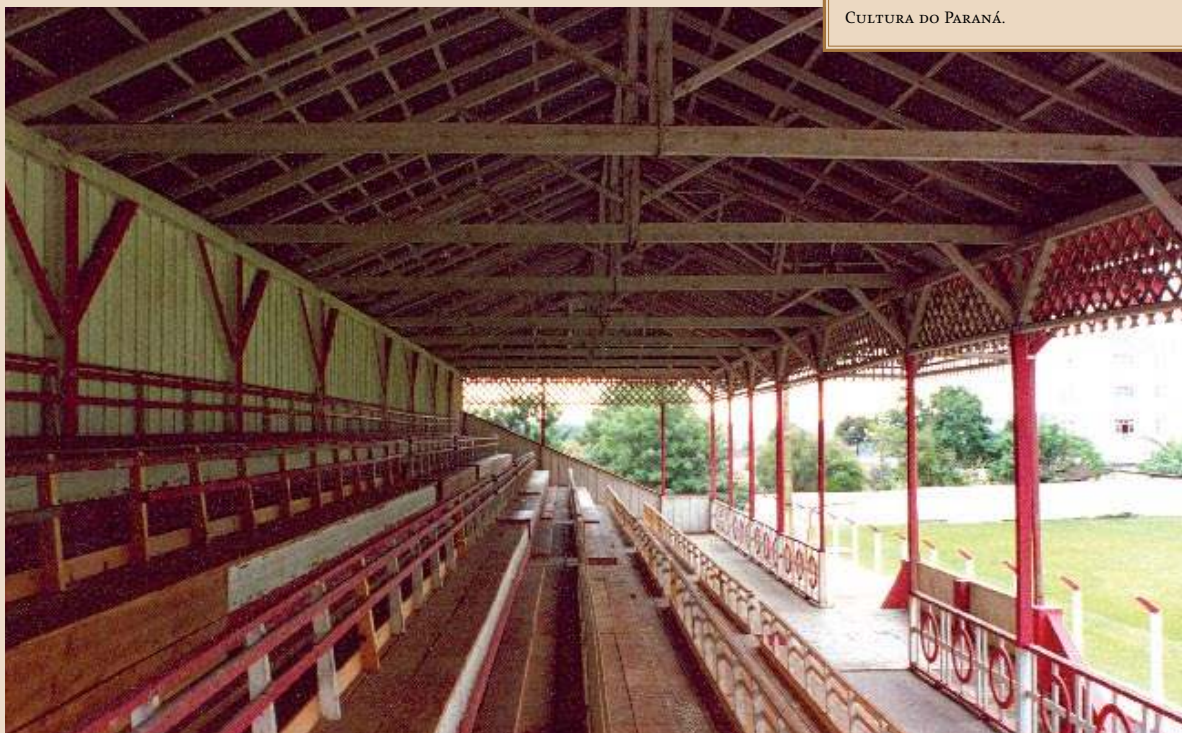


LOCALIZAÇÃO: RUA CORONEL OTTONI FERREIRA MACIEL,
S/Nº, CENTRO

PROPRIETÁRIO: IPIRANGA FUTEBOL CLUBE.

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº009/90, INSCRIÇÃO
Nº107. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 14/12/1990.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA
CULTURA DO PARANÁ.







CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS PEDRAS OU DAS NEVES

O “degrau” que separa o 1º do 2º planalto paranaense, geologicamente denominado de escarpa devoniana, era no século XIX um considerável obstáculo a ser transposto pelos tropeiros no longo caminho entre os campos sulinos e Sorocaba, o grande centro de comercialização de muars do interior da província de São Paulo.

No alto da serra de São Luiz do Purunã - uma das denominações regionais da escarpa -, por volta de 1880, em local muito utilizado como pouso, foi erguida essa capela por ordem de Domingos Ferreira Pinto, barão de Guaraúna.

De nave única, possui apenas uma porta de entrada. A fachada é ornamentada por frontão escalonado ladeado por acrotérios piramidais e separado do plano inferior por cimalha perfilada. ✿



LOCALIZAÇÃO: FAZENDA BOIADA

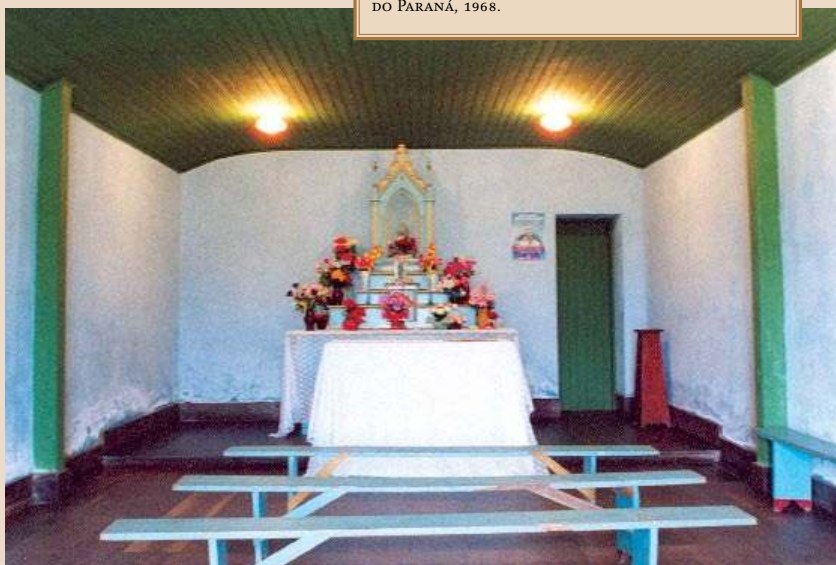
DATA DA CONSTRUÇÃO: ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX.

PROPRIETÁRIO: MITRA DIOCESANA DE CURITIBA

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº 03/91, INSCRIÇÃO Nº 114.

LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 26/10/1991.

BIBLIOGRAFIA: MAACK, REINHARD. GEOGRAFIA FÍSICA DO PARANÁ, CURITIBA, ED. BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ, 1968.







CASA SEDE DA FAZENDA CANCELA

Após a Segunda Guerra Mundial um grupo étnico religioso menonita composto por famílias anteriormente radicadas em Santa Catarina e refugiados do pós-guerra adquirem com auxílio de organizações, uma área de 3250 alqueires na região de Cancela, a 60 km da cidade de Ponta Grossa. A colônia assim formada toma a denominação de Witmarsum e se organiza sob a forma de cooperativa, voltada principalmente para a indústria de laticínios, instalando-se inicialmente na antiga sede da Fazenda Cancela. Como decorrência do desenvolvimento econômico, expande-se a área edificada com a construção de prédio industrial, silo, supermercado, escola, hospital, igreja e residências, sendo a antiga sede destinada à função de museu histórico da colônia. Essa casa, cujo tombamento foi solicitado pelos líderes da comunidade, é construção mista, de alvenaria e madeira, com cobertura em duas águas. Possui um pavimento e sótão habitável, iluminado e ventilado pelas janelas da empena e pela camarinha voltada para a fachada principal e sobreposta à varanda de entrada.

Em sua arquitetura, a composição, o sótão habitável obtido pela forte inclinação das águas da cobertura, a utilização de paredes de tabuado de madeira e os beirais ornamentados por lambrequins são sinais evidentes de ter sido construída por imigrantes de um dos muitos grupos étnicos que antecederam os menonitas na região. ✿



LOCALIZAÇÃO: COLÔNIA WITMARSUM.

PROPRIETÁRIO: COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA
WITMARSUM

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº04/89, INSCRIÇÃO Nº 96.
LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 15/09/1989.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA
CULTURA DO PARANÁ.





IMÓVEL SITUADO À RUA TENENTE MAX WOLFF Nº 116

Localizada na via de entrada da cidade, essa casa foi edificada em 1923 pelo Coronel Diogo Antônio de Freitas, para moradia de sua filha Emília.

É uma construção de madeira completada por varanda em arcada de alvenaria de tijolo. Destaca-se exteriormente a cobertura, cujo cruzamento de cumeeiras, detalhe arquitetônico chamado pelos antigos construtores de "espigão cruzado", confere ao imóvel uma singularidade no âmbito dos exemplares arquitetônicos de partido semelhante. É nítida a influência do imigrante do norte da Europa na composição da casa, particularmente, na adoção de uma cobertura com forte inclinação, que permitiu o aproveitamento do sótão para a instalação dos quartos de dormir. ✿



LOCALIZAÇÃO: RUA TENENTE MAX WOLFF, 116
DATA DA CONSTRUÇÃO: 1923.
TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº003/00, INSCRIÇÃO Nº151.
LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 21/09/2004.
BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.





PONTE SOBRE O RIO DOS PAPAGAIOS

Construída em dois arcos de alvenaria de pedra, cruzando o Rio dos Papagaios, na então chamada Estrada do Mato Grosso que ligava Curitiba a Palmeira, é considerada um monumento de engenharia nacional. Já centenária, a ponte, é também chamada de Ponte de Dom Pedro, por remontar ao tempo do Império e haver sido sua construção autorizada por D. Pedro II. Custou à época cerca de 44 contos de réis e todas as pedras utilizadas na obra foram extraídas das pedreiras de grés dos Campos Gerais, de rochas homogêneas e resistentes, sem o emprego da pólvora - condições, aliás, estipuladas no contrato de construção. Os blocos foram talhados à mão em arestas vivas, em faces lisas e exatamente perfiladas conforme os desenhos ou projetos. Nenhuma pedra foi empregada sem ter sido antes examinada pelo engenheiro responsável, ou por ajudante seu. Na alvenaria de argamassa e na alvenaria seca só se admitiam pedras em forma de paralelepípedo que não exigissem calços cuja grossura excedesse 15 milímetros.

Entre os vãos dos dois arcos existia um medalhão em mármore roxo da colônia Alfredo Chaves, hoje Colombo, com os seguintes dizeres: "A Província do Paraná presta homenagem a um de seus mais ilustres admiradores, o pranteado Lamenha Lins, que mandou executar esta obra, e ao Engenheiro que a delineou, Capitão Francisco Monteiro Tourinho, ambos já falecidos. Em jus à gratidão e à saudade de seus cidadãos".



LOCALIZAÇÃO: DIVISA MUNICIPAL, RODOVIA FEDERAL BR-277, APROXIMADAMENTE KM 50.

DATA DA CONSTRUÇÃO: 1875-1876.

AUTOR DO PROJETO: FRANCISCO ANTÔNIO MONTEIRO TOURINHO.

PROPRIETÁRIO: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº42/73, INSCRIÇÃO Nº41. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 03/09/1973.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

TOURINHO, LUÍS CARLOS. "CENTENÁRIO DA PONTE SOBRE O RIO DOS PAPAGAIOS" IN BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, VOL. XXX, CURITIBA, 1976.





PRÉDIO DA ANTIGA COLETORIA

No início do século XX, o Governo do Estado construiu prédios escolares que seguiam um padrão arquitetônico pré-estabelecido. Foram então construídos três edifícios, que possuíam o mesmo projeto. O que foi edificado em Tibagi, abriga hoje a Biblioteca Municipal. O de Ipiranga, protegido como bem tombado estadual é um centro cultural. No de Palmeira, inaugurado no início de 1907, foi instalado inicialmente, o Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, que depois serviu de sede para o Fórum e a Coletoria Estadual.

Sua arquitetura é eclética, expressando no vocabulário ornamental, a linguagem geralmente empregada em edifícios públicos. ✿



DATA DA CONSTRUÇÃO: INÍCIO DO SÉCULO XX
PROPRIETÁRIO: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.
TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº003/03, INSCRIÇÃO Nº152.
LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 21/09/2004.
BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.





SOLAR JESUÍNO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ

O planalto paranaense, conhecido pela denominação genérica de Campos Gerais de Curitiba, começou a ser povoado por tropeiros, cujos pousos e currais estão na raiz mesma das cidades que hoje nele se localizam. Ao longo do antigo caminho entre Viamão e Sorocaba surgiram numerosos povoados que, com o passar do tempo, se transformariam em centros urbanos, ricos e progressistas, como Palmeira, sede do município de mesmo nome. Rocha Pombo, ao referir-se ao caminho para São Paulo, através dos Campos Gerais, disse que seu traçado cortava alguns “capões, nos quais os viajantes descansavam ou faziam suas pousadas e se deu preferência ao campo aberto, onde a conservação dos caminhos se tomava mais fácil”. No então chamado “Curral das Vacas”, no sítio abandonado de Santa Cruz do Sutil, onde Antônio Bicudo Camacho andou lavrando ouro entre 1694 e 1699, foi se formando insignificante povoado, primitivamente simples paragem e curral para descanso do gado.

A criação da freguesia que era conhecida pela denominação de “Freguesia Nova” só se deu no ano de 1833, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e sua história se liga intimamente à da freguesia de Tamanduá, situada em suas proximidades. O lugar que se denominava Tamanduá, hoje parte integrante do município de Balsa Nova, e onde atualmente só existem ruínas - à exceção da pequena Capela de Nossa Senhora da Conceição, que compreendia área de meia légua, doada pelo seu fundador, o capitão Antônio Luiz Tigre, a Nossa Senhora do Carmo e, como este houvesse falecido sem deixar herdeiros legítimos, seus sucessores outorgaram o território ao Convento do Carmo em São Paulo, que ali fundou e manteve casa conventual por mais de 60 anos. Com a decadência de Tamanduá, fruto, sobretudo, da dispersão de seus habitantes por grandes distâncias - “quase todos para além do rio dos Papagaios, o qual nas enchentes, lhes vedava os passos” (Moisés Marcondes, Pai e Patrono) -, em 1809 a sede da freguesia foi transferida para Palmeira, denominação pela qual era conhecido o capão que lhe dava o nome. Os avós maternos de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá - tenente Manoel José de Araújo e sua mulher, Ana Maria da Conceição de Sá -, por ato de 7 de abril de 1819, doaram o terreno onde deveria instalar-se a nova freguesia, cujo patrimônio também foi enriquecido por terrenos doados por escritura pública pelo barão de Tibagi e por D. Josefa Joaquina de França.

Com a transferência da sede da freguesia para Palmeira, em busca de melhores condições de vida, sua população também foi se mudando para o novo povoado, onde já então se construía a nova capela. Posteriormente, na segunda metade do século XIX (1878), o povoamento da região sofreu grande incremento com a chegada de novos colonos, imigrantes russos e alemães, e Palmeira, elevada à condição de vila em 1869, teve acentuado progresso. Pela Lei nº 238, de 9 de fevereiro de 1877, recebeu foros de cidade, conservando a primitiva denominação.





São desconhecidos documentos ou referências escritas com relação ao construtor, bem como ao ano de construção do solar Jesuíno Marcondes. Depoimentos estribados na tradição ou em fontes orais mais antigas divergem quanto ao construtor do histórico solar, apontando muitos, como seu autor, o próprio conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá; outros indicam que teria sido construído pelo capitão Domingos Ignácio de Araújo, tio e padrinho do conselheiro Jesuíno Marcondes, e filho do tenente Manoel José de Araújo, o fundador da cidade. Seria ele, também o construtor da Chácara da Palmeira, residência do tenente Manoel José de Araújo, seu pai, e avô do conselheiro Jesuíno Marcondes. Esta opinião está fundamentada principalmente no fato de ter sido o capitão Domingos Ignácio de Araújo afeito ao ramo de construções.

Numa das referências ao solar do conselheiro Jesuíno Marcondes, a do professor Júlio Estrella Moreira, sua construção teria ocorrido poucos anos antes da instalação da província do Paraná, portanto antes de 1853, data de tal acontecimento.

O solar do conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, vulto eminente, com projeção estadual e nacional, nascido na cidade de Palmeira no Paraná, em 1º de junho de 1827, e falecido em Genebra, na Suíça, em 7 de outubro de 1903, filho de José Caetano de Oliveira e Querubina Rosa Marcondes de Sá (barão e viscondessa do Tibagi), está situado no perímetro urbano da cidade de Palmeira, na continuidade da atual Rua Dr. Moisés Marcondes, e nas proximidades do antigo cemitério e da secular capela do Senhor Bom Jesus.

Inúmeros documentos referem-se ao histórico e venerável solar do conselheiro Jesuíno Marcondes, o palmeirense que, entre muitos outros títulos, foi o primeiro paranaense a ocupar uma pasta ministerial, como ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de D. Pedro II, no Gabinete presidido por Francisco José Furtado, sendo também o último presidente monárquico do Paraná, em cujo alto cargo se encontrava quando da Proclamação da República, em 1889.

Segundo David Carneiro, o solar no ano de 1880, data da passagem do imperador D. Pedro II pela então vila da Palmeira, "já se encontrava concluído, pois que no mesmo se hospedou parte da comitiva imperial".

Algumas de suas principais características, que tinham desaparecido pela ação do tempo, reassumiram seus lugares originais devido a restauração processada pelo Patrimônio Histórico do Estado.

Doado à cidade de Palmeira através de documento firmado por Emilia Alves Marcondes de Araújo, herdeira da propriedade e neta do conselheiro Jesuíno Marcondes (Registro nº 170, Livro B-3, fls. 346/347 do Cartório do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Palmeira), tem como destinação, a instalação, em suas dependências, do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira e sua biblioteca, bem como do Museu Histórico de Palmeira, criado através da Lei Municipal nº 894, de 15 de agosto de 1977, e de outros órgãos que venham a ser criados com finalidades históricas ou culturais.

Por sua implantação e volumetria constitui-se, inequivocamente, em marco

da cidade de Palmeira. Construída em alvenaria mista, pedra e tijolo, cobertura em quatro águas, telhas capa-e-canal, arrematadas por beiral em cimalha, tem suas fachadas enquadradas por cunhais em massa. As envasaduras são emolduradas por requadros também em massa e encimadas por vergas e sobrevergas retas. Janelas com bandeiras fixas, sistema em guilhotina, divididas em quadrículos. A casa possui, ainda, porão alto, anteriormente utilizado para serviços. ✿



LOCALIZAÇÃO: RUA CORONEL PEDRO FERREIRA, Nº 223.

DATA DA CONSTRUÇÃO: 1853.

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA.

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº24/70. INSCRIÇÃO Nº24, LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 30/03/1970.

BIBLIOGRAFIA: CARNEIRO, DAVID. D. PEDRO II NA PROVÍNCIA DO PARANÁ - 1880, CURITIBA, 1943.

ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

MARTINS, A. ROMÁRIO. HISTÓRIA DO PARANÁ, MELHORAMENTOS SÃO PAULO, 1949.





SOLAR DA MANDAÇAIA

Localizado na zona rural do município de Palmeira, está implantado no antigo caminho que ligava Palmeira a São João do Triunfo. Foi construído em meados do século XIX para moradia de Manoel Demétrio, que veio a se tornar herói da Guerra do Paraguai. Originalmente havia no terreno, à frente da casa, um armazém para atendimento aos viajantes. Dele restaram os balcões e prateleiras, bem como equipamentos para moagem de grãos.

É uma edificação construída no centro de terreno que mantém todas as características da arquitetura rural. Sua estrutura portante é de madeira e as vedações em taipa-de-mão (pau-a-pique). Possui cobertura em quatro águas com telhas do tipo capa e canal. Os vãos das janelas e portas são requadrados em madeira com verga reta e guarnecidos por postigos cegos. As janelas possuem externamente folhas envidraçadas do tipo guilhotina. ✿



LOCALIZAÇÃO: CAMINHO ENTRE PALMEIRA E SÃO JOÃO DO TRIUNFO.

DATA DA CONSTRUÇÃO: MEADOS DO SÉCULO XIX.

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº003/02, INSCRIÇÃO Nº150, LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 21/09/2004.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

